

***Sonhe, planeje,
coopere, realize e
conte com o Sicoob
em todas as etapas.***

RELATÓRIO ANUAL 2024



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade



VISÃO

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

COOPERATIVISMO.

TODOS POR UM SÓ OBJETIVO.

O cooperativismo é um **sistema de união voluntária** de pessoas que, por meio das cooperativas, buscam soluções financeiras para alcançar interesses em comum.

Para que funcione corretamente, beneficiando de forma justa todos os cooperados e **gerando o máximo de resultados para as comunidades**, o modelo cooperativista segue alguns princípios fundamentais:

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática
- Participação econômica dos membros
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Vandevaldo Teixeira Rios

Vice-Presidente Paulemir Pontalião

Ivo Azevedo de Brito

Antônio Vidal da Silva Neto

Arnóbio Rios de Almeida

Cergio Tecchio

Maria Vandalva Lima de Oliveira

Paulo César de Andrade Oliveira

Petronio Alberto da Fonseca

Rejane Silva de Almeida

CONSELHO FISCAL

Carlos Wendel Braga Pires **Efetivo**

Januário de Lima Cunha **Efetivo**

Sandra Núbia Campanha Barros **Efetivo**

Suplentes:

Deraldo Santana da Cruz **Suplente**

Manoel de Jesus **Suplente**

Ronaldo Lopes Rodrigues **Suplente**

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo Alexsandro do Carmo Silva

Diretor Operacional Josemir Pereira Soares

Cooperativas Filiadas

SICOOB COOPERE

VALENTE

- PA SEDE
- PA QUIXABEIRA
- PA NOVA FÁTIMA
- PA CONCEIÇÃO DO COITÉ
- PA CAPIM GROSSO
- PA RETIROLÂNDIA
- PA GAVIÃO
- PA EUCLIDES DA CUNHA
- PA TUCANO
- PA SÃO DOMINGOS
- PA SERRINHA
- PA JEQUIÉ
- PA JAGUAQUARA
- PA PAULO AFONSO
- PA FEIRA DE SANTANA
- PA FEIRA DE SANTANA II
- PA SANTALUZ
- PA SALVADOR-NARANDIBA
- PA MANOEL VITORINO
- PA RIBEIRA DO POMBAL
- PA SANTA INÊS
- PA TANQUINHO *Inaugurada 31/07/2024*
- PA LAJEDO DO TABOCAL *Inaugurada 01/08/2024*
- PA ANGUERA *Inaugurada 17/10/2024*

SICOOB COSTA DO DESCOBRIMENTO

ITAMARAJU

- PA SEDE
- PA PRADO
- PA ALCobaça
- PA ITABELA
- PA CIDADE ALTA
- PA EUNÁPOLIS
- PA PORTO SEGURO
- PA CAMACÃ
- PA CARAVELAS
- PA JUCURUÇÚ *Inaugurada 12/04/2024*

SICOOB SERTÃO

PINTADAS

- PA SEDE
- PA CAPELA DO ALTO ALEGRE
- PA IPIRÁ
- PA VÁRZEA DA ROÇA
- PA ITABERABA
- PA PÉ DE SERRA
- PA BOA VISTA DO TUPIM
- PA BAIXA GRANDE
- PA RUY BARBOSA
- PA UTINGA
- PA PIRITIBA
- PA IRECÊ
- SENHOR DO BONFIM
- PONTO NOVO
- PA ANDORINHA
- PA SEABRA
- PA CAMPO FORMOSO
- PA IGUATEMI
- PA RECIFE
- PA ALPHAVILLE
- PA MARCIONÍLIO SOUZA
- PA CAÉM

SICOOB CREDICONQUISTA

VITÓRIA DA CONQUISTA

- PA SEDE
- PA POÇÕES
- PA BAIRRO BRASIL
- PA PATAGÔNIA
- PA ITAPETINGA
- PA OLÍVIA FLORES
- PA TREMEDAL
- PA JURACY MAGALHÃES *Inaugurada em 18/01/2024*

SICOOB EXTREMO SUL

TEIXEIRA DE FREITAS

- PA SEDE
- PA COMÉRCIO
- PA ITABATÃ
- PA ITANHÉM
- PA VEREDA
- PA BRUMADO
- PA REGIONAL
- PA SALVADOR
- PA BARRA DA ESTIVA
- PA CASCAVEL (IBICOARA)
- PA CACULÉ Inaugurada 18/04/2024

SICOOB CREDCOOP

VITÓRIA DA CONQUISTA

- PA SEDE
- PA ALTON MARON
- PA UESB
- PA SHOPPING CONQUISTA SUL
- PA ITARANTIM Inaugurada 30/11/2024

SICOOB NORTE SUL

GANDU

- PA SEDE
- PA NAZARÉ
- PA MARAGOGIPE
- PA CRUZ DAS ALMAS
- PA INHAMBUPE
- PA ALAGOINHAS
- PA RIO REAL
- PA IRARÁ
- PA SANTO ANTONIO DE JESUS
- PA AMARGOSA

SICOOB COOPEMAR

MAIRI

- PA SEDE
- PA SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
- PA VÁRZEA DO POÇO
- PA SERROLÂNDIA
- PA MIGUEL CALMON
- PA JUAZEIRO
- PA PETROLINA
- PA JUÁ GARDEN SHOPPING
- PA JACOBINA
- PA CASA NOVA Inaugurada 31/05/2024

SICOOB CRED EXECUTIVO

SALVADOR

- PA SEDE
- PA SEFAZ TANCREDO NEVES
- PA NAZARÉ
- PA MINISTÉRIO PÚBLICO CAB
- PA SEFAZ FEIRA DE SANTANA
- PA SHOPPING PARALELA
- PA VITORIA DA CONQUISTA
- PA LAURO DE FREITAS

SICOOB COOPEC

ILHÉUS

- PA SEDE
- PA CEPLAC

SICOOB EM NÚMEROS



8,5 milhões de cooperados



328 cooperativas singulares



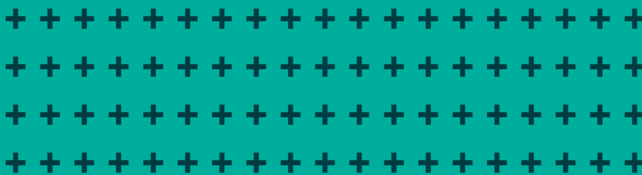
única instituição financeira em 414 municípios

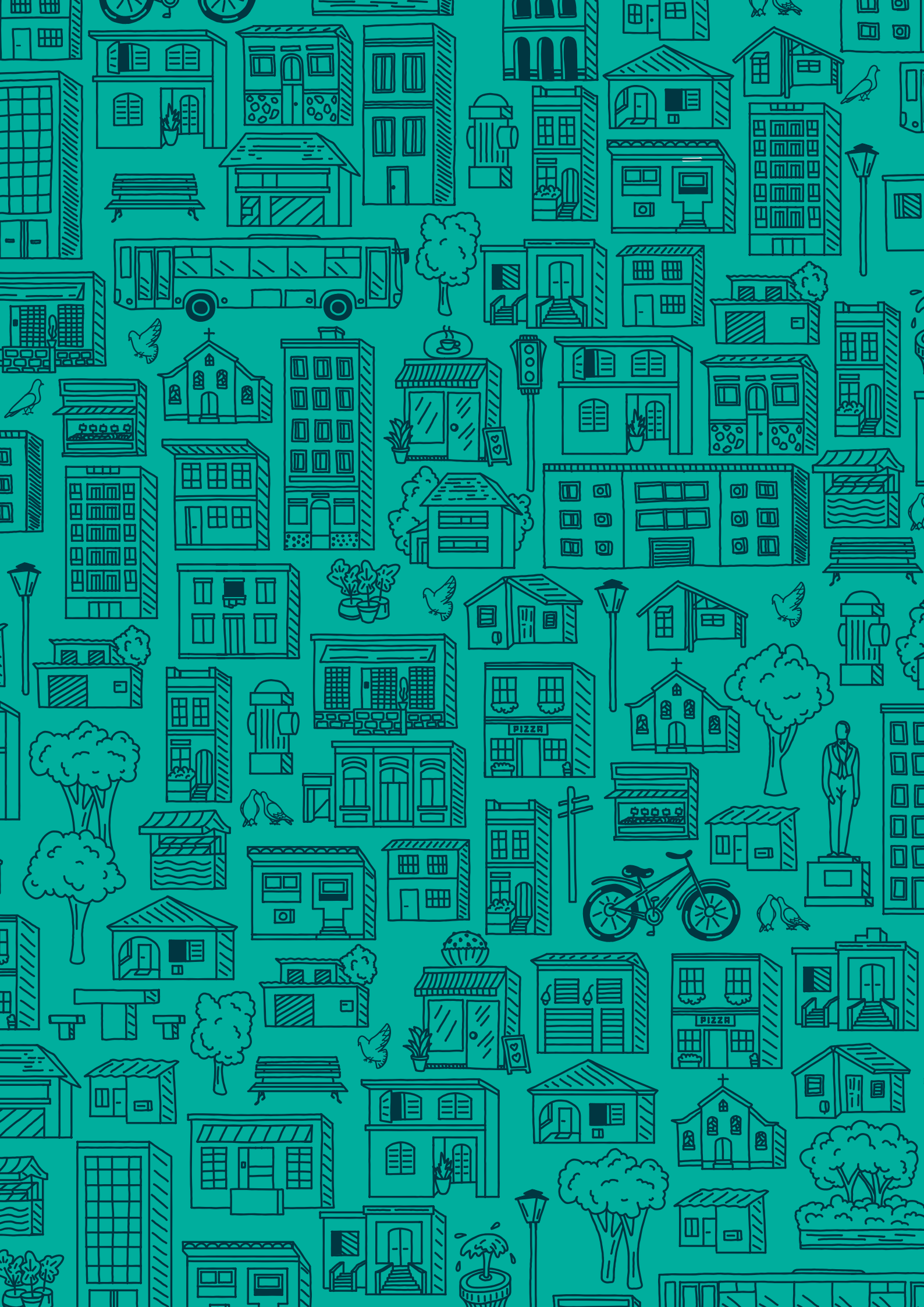


4.686 pontos de atendimento em todo o Brasil



presente em todos os estados do Brasil e em 2.427 municípios





+++++
+++++
+++++
+++++

SUMÁRIO

10	Mensagem do Presidente	12	Mensagem da Diretoria Executiva
14	Produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas do Sicoob	17	Relatório da Administração
25	Planejamento Estratégico	27	Indicadores Sicoob Central BA
29	Indicadores Cooperativas Filiadas	31	Demonstrações Contábeis
37	Notas Explicativas	75	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
79	Parecer do Conselho Fiscal		



MENSAGEM DO PRESIDENTE

No último ano, o Sicoob consolidou um desempenho expressivo, refletido no crescimento nacional de 20,7% em ativos, 15,3% em crédito e 26,4% em depósitos, alcançando um resultado financeiro de 8,4 bilhões. Esse sucesso não é apenas numérico, mas traduz-se em benefícios concretos para mais de 8,5 milhões de cooperados, atendidos em mais de 4.600 pontos de atendimento presentes em todos os estados. Esses números reforçam nosso propósito de conectar pessoas, promovendo justiça financeira e prosperidade.

Como resultado desse desempenho, o Sicoob distribuiu R\$ 35,3 bilhões em ganhos totais aos cooperados. Na Bahia, o valor foi de aproximadamente R\$ 277 milhões. Esse montante representa a diferença positiva em juros, taxas e tarifas em comparação com as médias do sistema bancário tradicional, evidenciando o impacto social e econômico das cooperativas nas comunidades onde atuamos.

Com a execução do Pacto Sistêmico de Estratégia 2024/2026 já em andamento, estamos otimistas em relação ao próximo ciclo. A expectativa é superar o desempenho anterior, ampliando ainda mais o valor gerado e fortalecendo nossa visão de proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

Regionalmente, dando continuidade à construção do Pacto Sistêmico de Estratégia, o Sicoob Central BA visitou todas as cooperativas filiadas para traduzir a estratégia local, com base nas 48 declarações de intenções

estratégicas aprovadas nacionalmente. Como resultado deste trabalho, foram definidos 39 projetos no nível das filiadas e 19 projetos liderados pelo Sicoob Central BA.

Em 2024, inauguramos 8 agências, dando continuidade ao nosso projeto de expansão e ocupação do território. Para os próximos anos, até 2026, a previsão é de ampliarmos a nossa rede de atendimento em 55 agências.

No ano de 2024, o Sicoob Central BA direcionou seus esforços para a consolidação de um ciclo de crescimento sustentável e resultados expressivos. Destacamos a conquista de 3,4 bilhões em ativos, que representou um crescimento significativo de 25% em relação a 2023, refletindo a eficácia das estratégias implementadas e o comprometimento da equipe.

Outro grande destaque no ano, foi a performance do Instituto Sicoob, com um impressionante 106% das metas, superando as expectativas e demonstrando a capacidade de adaptação e resiliência de todos os envolvidos. O resultado foi a conquista de 7 prêmios na Campanha Nacional de Investimento Social – CNIS 2024, incluindo o prêmio da Central no grupo S1, reconhecido pela maior quantidade de premiações entre suas singulares, com 5 prêmios.

Além disso, a parceria com o CIEE permitiu a realização dos cursos do Se Liga Finanças nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus, fortalecendo a educação financeira nas comunidades. Outro marco foi a Premiação Nacional do Concurso



Cultural, com a vitória de uma aluna de Vitória da Conquista apoiada pelo Sicoob Crediconquista, reforçando o impacto social das iniciativas.

Ainda no âmbito do Instituto Sicoob, a ampliação da quantidade de cooperativas executando projetos extra portfólio também merece destaque, com iniciativas como Semeando o Cooperativismo e Mulheres Cooperativistas (Sicoob Costa do Descobrimento); Recicla Mairi (Sicoob Coopemar) e Elas pelo Coop (Sicoob Norte Sul), que contribuíram para o fortalecimento do cooperativismo e da sustentabilidade.

Destacamos também as 124.239 pessoas beneficiadas com as 1.304 ações do Instituto Sicoob na Bahia. Reforçamos que todo o resultado do Instituto Sicoob só foi possível de ser realizado por contarmos com a força de muitos dos 710 voluntários ativos no nosso estado e de 9.008 horas voluntárias cadastradas.

Assumimos a liderança do Sicoob Central BA com o compromisso de guiar a instituição por um caminho de inovação, fortalecimento do cooperativismo e excelência no atendimento aos nossos cooperados. Herdeiro de um legado sólido construído por Ivo Brito ao longo de 21 anos à frente do Sicoob Central BA, trago comigo a experiência acumulada no setor e a visão estratégica necessária

para expandir nossa capilaridade, inaugurar novas agências para proporcionarmos uma experiência financeira cada vez mais próxima e eficiente aos cooperados.

Priorizamos a inclusão financeira, o atendimento digno e a participação ativa dos cooperados nas decisões, reforçando o modelo de economia compartilhada que nos define. Assumi este desafio com a responsabilidade de dar continuidade aos projetos em andamento e implementar novas iniciativas que fortaleçam nosso vínculo com as comunidades, consolidando o Sicoob como referência no setor financeiro baiano e nacional.

Em dezembro de 2024, realizamos o Encontro com Conselheiros, um momento que reforça nossa gestão colaborativa e promove a troca de experiências entre as singulares, sempre com foco na profissionalização do Sistema na Bahia e na busca por resultados ainda mais expressivos. Tenho acompanhado pessoalmente as reuniões dos conselhos das filiadas, aproximando a Central do cotidiano das cooperativas, e seguirei firme no propósito de elevar a Bahia a patamares ainda mais destacados no cenário nacional.

Continuemos focados em nossos objetivos para 2025, que este novo ciclo nos traga conquistas significativas e fortaleça ainda mais o Sicoob BA.

Vandealdo Teixeira Rios
Presidente Sicoob Central BA



MENSAGEM DA DIRETORIA

Em 2024, o cenário econômico no Brasil e no mundo foi marcado por desafios e oportunidades. Diante deste contexto econômico nacional e mundial desafiador, o Sicoob BA apresentou crescimento de 25% em ativos, 16% em Patrimônio Líquido, e 28% em depósitos. Todo o incremento de negócios gerou 24% a mais de receitas com produtos e serviços, totalizando mais de R\$ 99 milhões em resultado bruto.

No ano passado, o Sicoob BA seguiu com a estratégia de ampliar o acesso dos cooperados e da sociedade em geral aos produtos financeiros cooperativos, focando especialmente em oportunidades em comunidades potenciais que estão mais carentes de serviços financeiros.

Reforçamos o compromisso com a gestão de riscos das filiadas tendo como norteador o Painel SONAR, uma ferramenta sistêmica de apoio ao crescimento sustentável do Sicoob, que possibilita a análise e oportuna tomada de decisão acerca de indicadores preditivos de resultado, crédito, liquidez e produtividade garantindo a perenidade do negócio. Atualmente, nenhuma cooperativa do Sicoob BA encontra-se classificada como “Atenção” no SONAR e 90% das nossas filiadas encontram-se classificadas na segunda melhor faixa de classificação ante 50% no ano anterior, evidenciando um compromisso sistêmico com a proteção e sustentabilidade do nosso negócio.

Em virtude dos resultados sistêmicos no alcance das metas comerciais e de desenvolvimento organizacional, 7 cooperativas filiadas foram habilitadas no Programa de Participação no Resultado, que reconhece o esforço das equipes, desenvolvendo uma cultura de comprometimento e engajamento com os objetivos sistêmicos. Para 2025, o objetivo é que 100% das cooperativas estejam habilitadas para o pagamento.

Na área comercial, o Sicoob BA registrou um aumento de 24% na receita de prestação de serviços em comparação com 2023. Destacamos a Jornada de Vendas, campanha regional completamente alinhada com a CNV – Campanha Nacional de Vendas, e a presença de nossas cooperativas filiadas no topo dos rankings de diversas campanhas nacionais, além do desempenho geral nas campanhas regionais.

Nas 12 campanhas regionais, entre ações de reforço da CNV e Desafios da Jornada de Vendas, alcançamos mais de 100% das metas em 6 oportunidades. Produtos como Consórcios, Consignado, Sipag e Seguros trouxeram resultados expressivos para o Sicoob BA nas campanhas comerciais nacionais. Todo o esforço comercial resultou no reconhecimento do Sicoob BA na categoria Combo Investimentos do troféu fidelidade da CNV de 2024, com a premiação do PA 06 – Alagoinhas do Sicoob Norte Sul.

Além do desafio da expansão, estamos trabalhando para reduzir os impactos da Resolução 4966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre os novos conceitos e os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras, com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A implantação dessa norma aumentou o provisionamento para perdas esperadas com o risco da carteira de crédito no montante de R\$ 115.966.320 reconhecidas em 1º/01/2025, representando um aumento na provisão de 38% na provisão do mesmo período do ano anterior.

Destacamos que todas as nossas filiadas suportaram o impacto e não foi identificado nenhum desenquadramento nos indicadores prudenciais. O Sicoob Central BA, em conjunto com o CCS, realizou diversos eventos educacionais para debate das novas regras e auxiliá-las na definição de estratégias para a gestão do risco, precificação da carteira de crédito e constituição de reservas adicionais a fim de mitigar os impactos. Os novos desafios para 2025, portanto, será ter uma precificação do crédito adequada às novas exigências de provisionamento com taxas competitivas e sustentáveis para o negócio, além de atuar fortemente na recuperação de

créditos em atraso.

A taxa de juros elevada também representa um grande desafio para as instituições financeiras cooperativistas para os próximos anos. Com custos de captação mais altos, enfrentaremos dificuldades em oferecer crédito acessível aos nossos cooperados, impactando diretamente o crescimento das operações. Para mitigar este desafio, precisaremos buscar soluções inovadoras, como a diversificação de produtos e serviços, a melhoria da eficiência operacional e o fortalecimento da educação financeira dos nossos cooperados, promovendo uma gestão mais consciente e eficiente dos recursos.

Continuaremos em 2025 a apoiar firmemente as cooperativas, fortalecendo-as como agentes de transformação nas comunidades onde atuam e reiteramos nosso agradecimento pela confiança do Conselho de Administração, das nossas filiadas, pela dedicação de toda a equipe do Sicoob Central BA e pelo comprometimento de todos os envolvidos em alcançar a visão sistêmica e reafirmar nosso propósito!

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo



Produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas do Sicoob

O Sicoob oferece todos os produtos e serviços financeiros, só que de um jeito bem diferente: ele compartilha os resultados com os cooperados, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.



Pessoa Física

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Previdência
- Seguros
- Consórcios
- Serviços



Pessoa Jurídica

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Seguros
- Consórcios
- Serviços
- Recebimentos
- Pagamentos



Agronegócio

- Investimento
- Comercialização
- Custeio
- Industrialização



Canais de Atendimento

- Rede de atendimento
- Correspondentes
- Caixas eletrônicos



Aplicativos e canais digitais

• Internet banking

• Redes sociais

• Sicoob (App)

Abra sua conta e faça parte em poucos passos. Realize transações financeiras, consulte e contrate produtos com agilidade e segurança. Encontre os pontos de atendimento mais próximos por geolocalização.

• Sicoob Mapas (App)

Calcule facilmente as áreas para financiamento do seu agronegócio.

• Sicoob Moob (App)

O Sicoob Moob é o aplicativo do Sicoob que facilita e incentiva o contato entre o cooperado e sua cooperativa. Com ele, é possível ter acesso aos principais dados da instituição, receber e gerenciar convites para eventos, negociar bens publicados e muito mais.

• Coopcerto (App)

Consulte seu saldo e extrato e conheça a rede de aceitação no aplicativo oficial dos cartões Coopcerto.

• Sicoob Poupança (App)

Acesse sua poupança, confira o saldo, faça investimentos, pague e receba usando o Pix e muito mais

• Sicoobcard (App)

Dê adeus às papeladas, burocracias e horas ao telefone. Baixe o App Sicoobcard e tenha a gestão das compras realizadas com o seu cartão de crédito na palma da mão.

• Coopera (App)

Aproveite um mundo de vantagens: a cada compra usando o seu Sicoobcard, você acumula pontos para trocar por mais de 10 mil opções de produtos, viajar, pagar contas e muito mais.

• Sipag (App)

Gerencie seu negócio direto pelo celular e tenha acesso rápido a diversas funcionalidades que facilitam o seu dia a dia.

1

Relatório da Administração

Unidos, crescemos com propósito.

Cenário

O cenário macroeconômico traçado para 2024 trazia algumas expectativas e incertezas, tanto no âmbito externo como interno. O panorama da política americana trazia a possibilidade de redução da taxa de juros da economia no segundo semestre, em função da pressão inflacionária ainda perdurar no início do ano, a eleição nos Estados Unidos, além dos conflitos geopolíticos e seus desdobramentos.

A visão interna, considerando a performance dos indicadores econômicos registrados no ano anterior, a exemplo do IPCA, abaixo de 4%, portanto dentro do limite estabelecido pelo Conselho Monetário nacional – CMN e do crescimento de destaque na economia, colocando o país entre as dez maiores do mundo, é que houvesse a manutenção do ciclo de redução da taxa de juros, iniciado em agosto/2023.

Nesse contexto, a trajetória prevista era de uma Selic ao final do exercício de 9%, crescimento do PIB na ordem de 1,52% e IPCA – índice oficial que mede a inflação de 3,90% – Boletim Focus de 05/01/2024.

No âmbito interno, o cenário, no entanto, começou a mudar a partir do desempenho da economia apresentado nos três primeiros trimestres, superando as projeções dos analistas, o que trouxe ânimo ao mercado e alteração das expectativas de crescimento do PIB para 3,49%, ainda que seguida de uma inflação na casa de 4,89% e Selic a 12,25%. (Boletim Focus de 03.01.2025).

Nos Estados Unidos, o FED (Banco Central Americano), em função da manutenção da expansão da economia e da inflação acima da meta não reduziu a taxa de juros no primeiro semestre como era esperado, só o fazendo a partir de setembro em doses menores do que a expectativa de mercado. Esse movimento ajudou a pressionar o dólar com impactos na inflação no Brasil e consequentemente na elevação da Selic.

A atividade econômica do terceiro trimestre de 2024 cresceu 4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Sob a ótica da oferta, os destaques ficaram por conta dos setores de serviços e indústria. O primeiro com variação de 4,1% puxado pelas atividades de informação e comunicação, outras atividades de serviços, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, além de atividades de comércio e imobiliárias.

A indústria, por sua vez, variou 3,6% influenciada principalmente pela atividade de construção e indústria de transformação, beneficiado por setores de bens de consumo duráveis e bens de capital, como fabricação de automóveis, equipamentos de transportes, móveis e produtos químicos. O ponto negativo do período ficou por conta do setor agropecuário, com variação negativa de 0,8%, puxado pela perda de produtividade do milho, laranja e cana de açúcar.

Sob a ótica da demanda, pode-se destacar o consumo das famílias, gastos do governo e investimentos. O primeiro – representa 60% do PIB – teve alta de 5,5% muito em função do aquecimento do mercado de trabalho, com taxa de desemprego próximo dos 6%, além da política pública de transferência de renda.

O consumo governamental avançou 1,3%, enquanto os investimentos cresceram 10,8% puxados pela produção interna de bens de capital, desenvolvimento de software e avanço na construção. As exportações variaram 2,1% com destaques para produtos alimentícios, extração de minerais metálicos e produtos químicos. Já as importações registraram crescimento de 17,7% puxadas por produtos químicos, veículos automotores, máquinas e materiais elétricos, além de máquinas e equipamentos.



Insta destacar que a absorção doméstica que compreende o consumo das famílias, gastos do governo e a formação bruta do capital fixo (investimentos), vem sustentando o crescimento do PIB, sob a ótica da demanda, uma vez que a absorção externa (exportação – importação) tem registrado resultado negativo nos últimos 12 meses, o que pode inferir que a economia cresce acima da sua capacidade.

Para 2025, no âmbito global, a incerteza diz respeito ao novo governo do Estados Unidos, sobretudo nas relações comerciais com a China, o que, segundo analistas, podem refletir no comércio, investimentos e tecnologias importantes, além de impactar países emergentes como o Brasil.

As projeções dão conta de uma desaceleração no crescimento da economia mundial, podendo ainda ser mais elevada, se concretizada as promessas do novo gestor americano de tarifar produtos estrangeiros. Este cenário, no entanto, tende a aumentar a pressão inflacionária, em função da baixa oferta e aumento da demanda interna, o que tornará o dólar mais forte e, por conseguinte, mais inflação e juros altos no mercado brasileiro.

Por aqui, dois movimentos ditam os olhares para este ciclo. O primeiro, diz respeito à política macroeconômica contracionista adotada pelo Banco Central, com retorno da elevação da taxa de juros para conter a inflação que fechou 2024 em 4,83% superando, portanto, o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN de 4,5%. Se por um lado, a inflação elevada corrói o poder de compra das famílias, do outro, os juros elevados contêm o consumo, inibem os investimentos das empresas, principalmente de longo prazo, comprometendo a produção, geração de renda e riqueza para o país.

O outro movimento, refere-se às novas regras contábeis para instrumentos financeiros, estabelecidos pelo CMN, a partir da Resolução 4966/2021, que passou a vigorar em janeiro/25 em atendimento a IFR9, padrão internacional, e que terá impacto sobre as provisões de devedores duvidosos no Sistema Financeiro.

O normativo traz, além de novos parâmetros de provisão, como o aumento do escopo de instrumentos sujeitos a provisionamento, mudança da modelagem para a perda esperada. Na prática, operações com taxas de juros elevadas e com maiores índices de atrasos e menor garantia real, devem ser mais afetadas com a mudança.

Para mitigar o efeito desta nova prática, o SICOOB tem discutido de forma constante com as Centrais os impactos advindos do normativo, assim como a Central BA tem feito reuniões coletivas e individuais com as filiadas para fechar o entendimento e adotar medidas que possam mitigar o peso do aumento da provisão em seus balanços.

Na esfera do mercado financeiro, a expectativa é de um crescimento na carteira de crédito na ordem de 9% (Pesquisa Economia Bancária – Febraban – 20/12/24). Por segmento, na carteira direcionada, pessoa física e jurídica é de uma variação no patamar de 9,7%. Quando se refere aos créditos livres, espera-se uma expansão na casa de 8,3%, puxado principalmente pela carteira de pessoa física, em função do aquecimento do mercado de trabalho.

O Sicoob Central BA, no seu papel de fomentar o desenvolvimento das cooperativas de forma sustentável, tem buscado cada vez mais estar próxima às filiadas e, em 2025, estas ações serão ainda mais intensificadas. E isto não se restringe apenas às áreas de governança e negócios, mas também nas áreas de riscos e compliance. Com o advento da 4966, a partir de janeiro/2025, exigirá ainda mais das equipes uma gestão eficiente do risco do crédito.

Diante de um cenário desafiador desenhado para este ciclo, com expectativa de Selic atingir o patamar de 15% até junho, reforçando a política econômica contracionista do governo que utiliza o instrumento da taxa de juros como principal remédio para conter a inflação, é imperioso que nossas cooperativas estejam atentas a reprecificação das taxas de operações de crédito, a fim de suprir os custos de captação, a inadimplência e o baixo crescimento da carteira, para manter o spread em condições de bancar os custos e manter a rentabilidade do associado.

Como forma de superar este desafio, as receitas de produtos financeiros têm se mostrado um instrumento bastante eficiente para compensar as possíveis perdas frente aos desafios ora apresentados. Assim, incentivaremos ainda mais a participação nas campanhas de produtos e serviços, consultorias in loco e implantação de soluções massificadas para manter o negócio cooperativo sustentável e eficiente.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 24,02% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$1.609,83 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, 93,25% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 92,22% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 1,03% em operações de crédito.

No ano de 2024, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas progrediram 24,15% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$1.454,39 milhões.

O patrimônio líquido evoluiu 20,56%, chegando a R\$137,65 milhões. As sobras brutas, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$12,03 milhões, representando um aumento de 15% ante o ano anterior; enquanto as sobras líquidas após o pagamento de R\$9,76 milhões de juros ao capital às cooperativas filiadas e antes das destinações elevaram-se em 86,75% em relação ao mesmo período de 2023, alcançando R\$2,27 milhões em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o ano de 2024 com R\$3.489,98 milhões, representando um aumento de 24,58% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de incerteza da economia, encerraram o ano de 2024 com R\$1.635,50 milhões, representando um acréscimo de 20,20% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 27,67% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o patamar de R\$2.510,03 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$670,79 milhões em 31 de dezembro de 2024, representando uma evolução de 15,75% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas de 2024, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$99,401 milhões, representando um aumento de 3,97% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 16,75% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do ano.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos desse risco, por meio das boas práticas de gestão e garantir a suficiência de recursos para suportar potenciais saídas de recursos de forma inesperada do fluxo de caixa.

No gerenciamento do risco de liquidez são utilizados como instrumentos de gestão: projeções de fluxo de caixa, limites mínimos de liquidez, aplicações de cenários de estresses e planos de contingência de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.4. Risco de Mercado e Risco de variação das taxas de juros (IRRBB)

O gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros e dos movimentos adversos das taxas de juros no seu capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB, são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de riscos, de classificação de instrumentos da carteira de negociação e da carteira bancária, estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e teste de aderência (backtesting) do modelo de risco. O valor de exposição ao Risco de Mercado (RBAN) é mensurado pela metodologia VaR (Value at Risk), calculado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e do IRRBB é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.5. Risco de crédito e Risco social, ambiental e climático

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e social, ambiental e climática para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.6. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;



c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.7. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob (CCS) realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD), Plano de Emergência (PEM) e Plano de Comunicação (PCOM).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade e formalizados no RTV – Relatório de Teste e Validação.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda uma Gerência de Supervisão, Controles Internos e Riscos, supervisionada diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos, bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por empresa de auditoria externa, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

5. SUSTENTABILIDADE

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

6. PACTO DE ÉTICA

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

O Sicoob Central BA possui Comissão de Ética responsável por analisar, avaliar e manifestar-se sobre eventuais casos de violação ao Pacto de Ética e ao Programa de Integridade do Sicoob.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.



2

**Juntos,
planejamos
o futuro.**

Planejamento Estratégico

A consolidação do novo ciclo do Pacto Sistêmico de Estratégia (2024-2026) do Sicoob registrou avanços significativos desde o início da jornada, em abril de 2023. No âmbito nacional, foram estabelecidas metas para 8 dos 14 indicadores estratégicos e aprovados 21 projetos estratégicos, dos quais 9 já foram concluídos.

No nível regional, o período foi marcado por intensas atividades de tradução estratégica local, assegurando o alinhamento entre os três níveis do Sicoob e fortalecendo a base para um crescimento sustentável e inovador. Todas as cooperativas contribuíram ativamente, proporcionando uma visão abrangente e integrada para o ciclo trienal.

Destaca-se que, em 2024, o Sicoob BA executou 23 projetos estratégicos, dos quais 20 foram concluídos, 2 foram pausados e 1 foi prorrogado para 2025. Além disso, ao longo do ano, foram estruturados 58 novos projetos com o objetivo de implementar as declarações de intenções estratégicas previstas no Pacto Sistêmico de Estratégia. A execução desses projetos teve início no último trimestre de 2024 e seguirá até o fim do ciclo, em 2026.

No cenário econômico de 2024, caracterizado por taxas de juros ainda elevadas e um ambiente regulatório desafiador, o Sicoob BA manteve um ritmo sólido de crescimento. As metas anuais de operações de crédito atingiram 99,73% do planejado, representando um crescimento de 23% em comparação com 2023, refletindo a busca contínua por oportunidades de concessão de crédito sustentável e ajustes necessários diante de condições macroeconômicas restritivas.

Mantemos o foco estratégico em diversificação e mitigação de riscos contribuindo para a manutenção de um portfólio robusto. Por outro lado, a carteira de depósitos apresentou uma execução de 108%, impulsionada por iniciativas de captação, resultando em um aumento significativo de 27% em comparação com ano anterior. Esses desempenhos combinados foram determinantes para que os ativos totais ultrapassassem 3,4 bilhões de reais, marcando um crescimento consistente de 25% sobre 2023.

No âmbito da eficiência operacional, o Índice de Eficiência em Serviço (IES) atingiu 67,78%, consolidando um crescimento de 3 pontos percentuais em comparação ao ano anterior, um indicativo de maior capacidade de cobertura das Despesas Administrativas pelas Receitas de Serviços. Já a Eficiência Administrativa (IEA) foi de 63%, superando a projeção de 60%, o que demonstra uma queda na eficiência em comparação com 2023, isso se deu devido ao grande volume de despesas com provisão de operações de crédito.

No que tange à expansão, o ano de 2024 testemunhou a abertura de 8 novos pontos de atendimento, alinhados ao plano estratégico de ocupação territorial. Prevê-se a inauguração de 63 agências adicionais até o fim do ciclo.

O desenvolvimento de relatórios e dashboards utilizando a ferramenta do Power BI também evoluiu significativamente, incorporando relatórios automatizados e painéis que permitem um monitoramento ainda mais dinâmico e eficiente das metas, do desempenho dos pontos de atendimento e do Market Share. Essas melhorias proporcionaram maior agilidade e assertividade nas tomadas de decisão, destacando o compromisso do Sicoob BA com a inovação e a eficiência no uso de ferramentas tecnológicas para suporte à gestão estratégica.

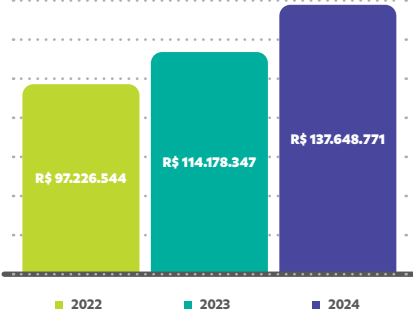
3

Resultados
que refletem
cooperação

Indicadores Sicoob Central BA

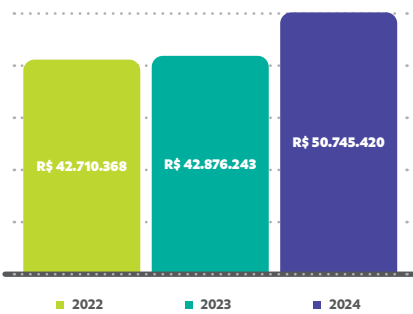
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Próprio do Sicoob Central BA avançou 21% em 2024, representando um acréscimo de R\$ 23,4 milhões.



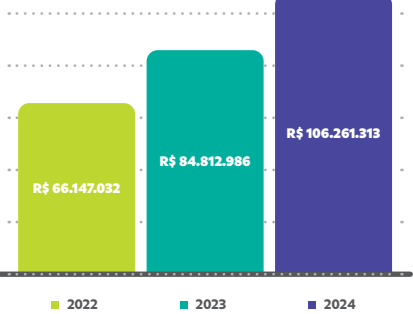
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

O PR do Sicoob Central BA apresentou um acréscimo de R\$ 7,8 milhões em 2024, equivalente a 18%.



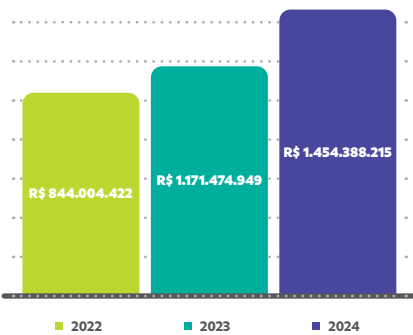
CAPITAL SOCIAL

O investimento das cooperativas filiadas em cotas de capital do Sicoob Central BA aumentou 25% em 2024, representando um acréscimo de R\$ 21,4 milhões.



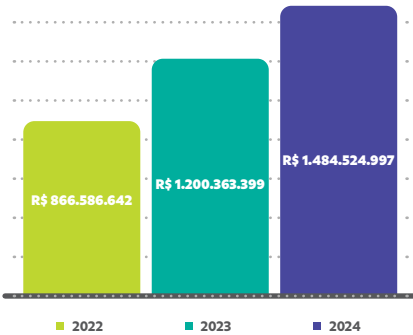
DEPÓSITOS CAPTADOS DAS FILIADAS

A captação dos depósitos das cooperativas filiadas no Sicoob Central BA aumentou 24% em 2024, representando um acréscimo de R\$ 282,9 milhões.



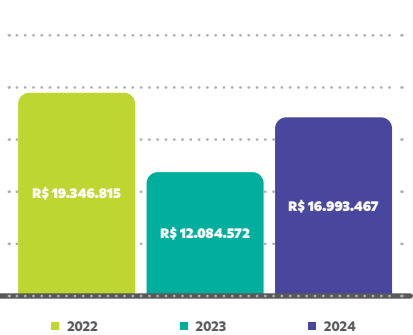
APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Sicoob Central BA aumentaram 24% em 2024, representando um acréscimo de R\$ 284 milhões.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM FILIADAS

Os recursos emprestados pelo Sicoob Central BA às cooperativas filiadas aumentaram 41% em 2024, representando um acréscimo de R\$4,9 milhões.



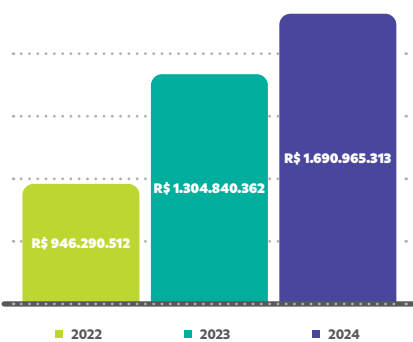
4

Força na
união de
todos

Indicadores Cooperativas Filiadas

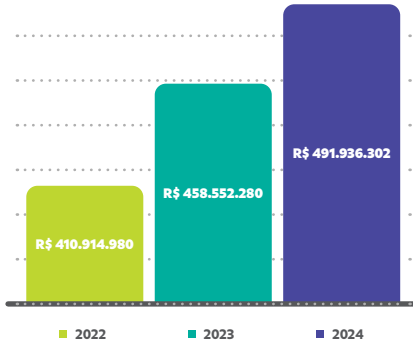
CENTRALIZAÇÃO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O volume de aplicações das cooperativas filiadas no Sicoob Central BA e TVM aumentou R\$ 386 milhões, representando um acréscimo de 30% em 2024.



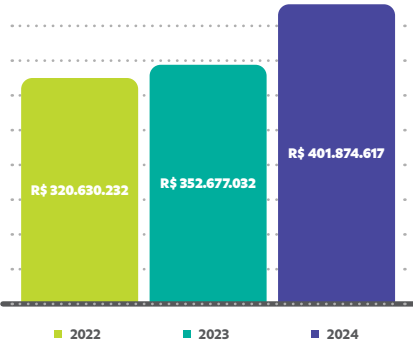
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

O PR das cooperativas filiadas, referencial para os limites operacionais, aumentou R\$ 33,4 milhões em 2024, o que representou um acréscimo de 7%.



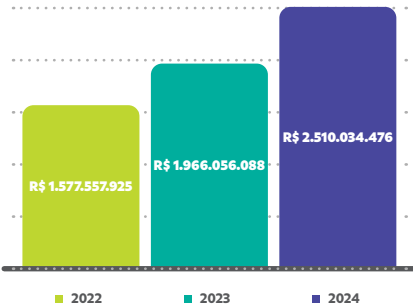
CAPITAL SOCIAL

Os investimentos em cotas de capital dos associados nas cooperativas filiadas aumentaram R\$ 49 milhões em 2024, representando um acréscimo de 14%.



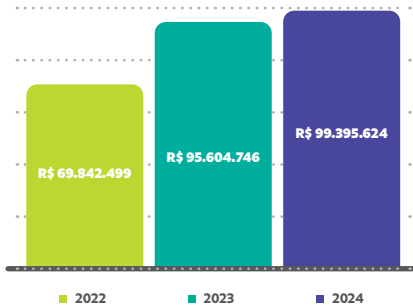
DEPÓSITOS DOS COOPERADOS

Os depósitos dos associados nas cooperativas filiadas aumentaram R\$ 543,9 milhões em 2024, representando um acréscimo de 28%.



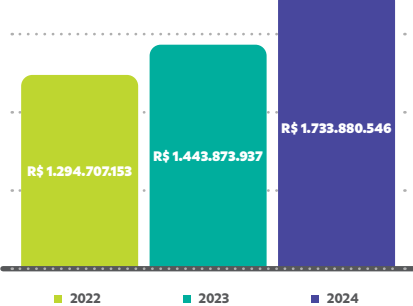
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO JCP

O resultado antes dos juros ao capital aumentou R\$ 3,7 milhões, representando um acréscimo de 4% em 2024.



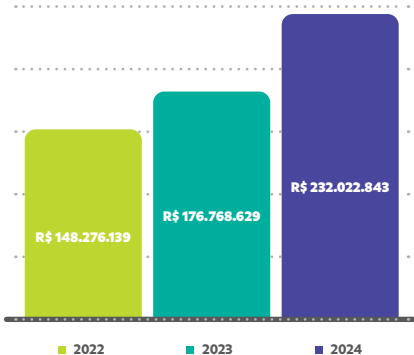
OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM COOPERADOS

A carteira de crédito bruta teve um acréscimo de R\$ 290 milhões, representando um crescimento de 20% em 2024.



POUPANÇA SICOOB

A Poupança Sicoob cresceu R\$55,2 milhões em 2024, ou seja 31%, demonstrando a nossa credibilidade junto aos associados e não associados.



5

Transparência
em cada
detalhe

Balances Patrimoniais para os exercicios
findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Demonstrações Contábeis

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		1.609.832.737,49	1.298.041.335,08
DISPONIBILIDADES	4	52.013,72	381.255,27
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.501.612.694,82	1.212.476.019,07
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.079.772.356,06	943.924.893,02
Títulos e Valores Mobiliários	6	404.752.641,36	256.438.506,44
Operações de Crédito	7	16.993.466,59	12.084.572,39
Outros Ativos Financeiros	8	94.230,81	28.047,22
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(359.123,23)	(163.929,31)
(-) Operações de Crédito	7	(359.123,23)	(163.929,31)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	81.055,66	43.202,47
OUTROS ATIVOS	10	3.513.488,63	1.476.323,47
INVESTIMENTOS	11	100.581.810,90	82.637.933,04
IMOBILIZADO DE USO	12	5.184.193,33	2.082.811,38
INTANGÍVEL	13	209.150,91	292.162,57
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(1.042.547,25)	(1.184.442,88)
TOTAL DO ATIVO		1.609.832.737,49	1.298.041.335,08
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.609.832.737,49	1.298.041.335,08
DEPÓSITOS	14	144.665.337,43	141.494.631,68
Depósitos Sob Aviso Depósitos		-	173.184,64
Depósitos a Prazo		144.665.337,43	141.321.447,04
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.310.414.310,59	1.030.153.021,59
Relações Interfinanceiras	15	1.309.722.877,45	1.029.980.317,36
Outros Passivos Financeiros	16	691.433,14	172.704,23
PROVISÕES	17	243.045,39	177.337,16
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	421.105,73	362.395,39
OUTROS PASSIVOS	19	16.434.123,04	11.645.338,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.654.815,31	114.208.611,07
CAPITAL SOCIAL	20.1	106.261.313,30	84.812.986,48
RESERVAS DE SOBRAS	20.2	29.250.675,10	28.531.632,82
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.3	584.901,97	(52.829,40)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.4	1.557.924,94	916.821,17
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.609.832.737,49	1.298.041.335,08

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	76.559.261,69	142.641.990,08	131.334.587,56
Operações de Crédito		564.267,10	1.117.948,96	2.083.940,51
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		56.448.243,65	107.434.692,45	100.778.364,13
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		19.546.750,94	34.089.348,67	28.472.282,92
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(72.858.631,96)	(135.496.794,84)	(124.135.893,81)
Operações de Captação no Mercado		(8.861.095,63)	(17.244.465,04)	(13.511.530,09)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(63.765.804,09)	(118.057.135,88)	(110.590.829,08)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(231.732,24)	(195.193,92)	(33.534,64)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.700.629,73	7.145.195,24	7.198.693,75
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.025.591,48	4.964.855,34	3.274.366,88
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	405.549,71	662.653,01	625.622,70
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(7.108.145,21)	(13.806.655,81)	(11.832.199,68)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(4.221.043,43)	(8.193.488,52)	(7.183.866,39)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(110.699,92)	(172.509,94)	(171.337,95)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	28	5.809.746,61	11.863.672,63	10.227.886,79
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	7.615.378,56	15.088.113,88	12.114.664,96
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(365.194,84)	(476.929,91)	(506.403,55)
PROVISÕES	31	(30.971,12)	(59.769,80)	(35.012,17)
Provisões/Reversões para Contingências		(30.971,12)	(59.769,80)	(35.012,17)
RESULTADO OPERACIONAL		5.695.250,09	12.050.280,78	10.438.048,46
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	-	(23.715,04)	(1.124,82)
SOBRAS OU (PERDAS) ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.695.250,09	12.026.565,74	10.436.923,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.413,79	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		18.258,62	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		18.155,17	-	-
SOBRAS OU (PERDAS) DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.731.663,88	12.026.565,74	10.436.923,64

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022		66.147.031,80	9.402.249,85	1.069.782,93	18.706.234,73	(179.197,00)	2.031.863,82	97.177.966,13
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Distribuição de sobras para associados		2.031.863,82	-	-	-	-	(2.031.863,82)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		7.413.205,53	-	-	-	-	-	7.413.205,53
Por Devolução (-)		(1,00)	-	-	-	-	-	(1,00)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(1.069.782,93)	-	-	93.671,01	(976.111,92)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	354.206,67	354.206,67
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	10.436.923,64	10.436.923,64
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	-	126.367,60	-	126.367,60
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(9.220.889,55)	(9.220.889,55)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		9.220.886,33	-	-	-	-	-	9.220.886,33
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	423.148,24	-	-	-	(423.148,24)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(70.524,71)	(70.524,71)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(253.417,65)	(253.417,65)
Saldos em 31/12/2023		84.812.986,48	9.825.398,09	-	18.706.234,73	(52.829,40)	916.821,17	114.208.611,07
Saldos em 31/12/2023		84.812.986,48	9.825.398,09	-	18.706.234,73	(52.829,40)	916.821,17	114.208.611,07
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	-	(916.821,17)	(916.821,17)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		11.692.683,81	-	-	-	-	-	11.692.683,81
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	473.568,48	473.568,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	12.026.565,74	12.026.565,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	-	637.731,37	-	637.731,37
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(9.755.643,01)	(9.755.643,01)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		9.755.643,01	-	-	-	-	-	9.755.643,01
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	719.042,28	-	-	-	(719.042,28)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(119.840,38)	(119.840,38)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(347.683,61)	(347.683,61)
Saldos em 31/12/2024		106.261.313,30	10.544.440,37	-	18.706.234,73	584.901,97	1.557.924,94	137.654.815,31
Saldos em 30/06/2024		90.072.715,93	9.825.398,09	-	18.706.234,73	240.884,64	6.294.901,86	125.140.135,25
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		6.432.954,36	-	-	-	-	-	6.432.954,36
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	473.568,48	473.568,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	5.731.663,88	5.731.663,88
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	-	344.017,33	-	344.017,33
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	21	-	-	-	-	-	(9.755.643,01)	(9.755.643,01)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		9.755.643,01	-	-	-	-	-	9.755.643,01
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	20.2	-	719.042,28	-	-	-	(719.042,28)	-
FATES - Atos Cooperativos	20.4	-	-	-	-	-	(119.840,38)	(119.840,38)
FATES - Atos Não Cooperativos	20.4	-	-	-	-	-	(347.683,61)	(347.683,61)
Saldos em 31/12/2024		106.261.313,30	10.544.440,37	-	18.706.234,73	584.901,97	1.557.924,94	137.654.815,31

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.731.663,88	12.026.565,74	10.436.923,64
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		344.017,33	637.731,37	126.367,60
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial – investimentos em coligadas e controladas		344.017,33	637.731,37	126.367,60
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		6.075.681,21	12.664.297,11	10.563.291,24

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.695.250,09	12.026.565,74	10.436.923,64
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		–	(8.835,56)	–
Resultado de Equivalência Patrimonial		(5.809.746,61)	(11.863.672,63)	(10.227.886,79)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		231.732,24	195.193,92	33.534,64
Provisões/Reversões para Contingências		30.971,12	59.769,80	35.012,17
Depreciações e Amortizações		107.539,21	219.050,86	215.741,41
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		255.746,05	628.072,13	493.325,07

(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(26.491.334,60)	(135.847.463,04)	(278.822.245,41)
Títulos e Valores Mobiliários		(71.192.783,81)	(148.305.299,36)	(54.954.511,80)
Operações de Crédito		(7.631.200,57)	(4.908.894,20)	7.262.242,35
Outros Ativos Financeiros		(27.722,23)	(66.183,59)	(21.686,66)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(17.090,82)	(37.853,19)	(20.185,88)
Outros Ativos		(1.847.006,14)	(2.037.165,16)	(584.554,84)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos sob Aviso		(182.227,05)	(173.184,64)	19.988,21
Depósitos a Prazo		(20.164.057,47)	3.343.890,39	87.634.783,47
Relações Interfinanceiras		123.462.404,61	279.742.560,09	239.815.755,45
Outros Passivos Financeiros		509.466,20	518.728,91	44.316,62
Provisões		4.486,68	5.938,43	–
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		114.036,94	58.710,34	55.907,74
Outros Passivos		(5.148.599,73)	(4.966.858,16)	(7.684.273,66)
FATES – Atos Cooperativos		(119.840,38)	(119.840,38)	(70.524,71)
FATES – Atos Não Cooperativos		(347.683,61)	(347.683,61)	(253.417,65)
Reversão/Realização de Fundos		473.568,48	473.568,48	354.206,67
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.349.837,45)	(12.038.956,56)	(6.730.875,03)

Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		–	8.835,56	–
Aquisição de Intangível		(29.750,00)	(33.980,64)	(62.254,72)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.343.101,24)	(3.345.336,14)	(403.651,68)
Aquisição de Investimentos		(5.440.523,96)	(5.451.309,42)	(8.205.768,58)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(8.813.375,20)	(8.821.790,64)	(8.671.674,98)

Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		6.432.954,36	11.692.683,81	7.413.205,53
Devolução de Capital aos Cooperados		–	–	(1,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		–	(916.821,17)	–
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		9.755.643,01	9.755.643,01	9.220.886,33
Reversão/Realização de Reservas		–	–	(1.069.782,93)
Outros Eventos/Reservas		–	–	93.671,01
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		16.188.597,37	20.531.505,65	15.657.978,94

AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(974.615,28)	(329.241,55)	255.428,93
--	--	--------------	--------------	------------

Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	1.026.629,00	381.255,27	125.826,34
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	52.013,72	52.013,72	381.255,27
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(974.615,28)	(329.241,55)	255.428,93

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

6

**Clareza
que gera
confiança**

Notas Explicativas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, doravante denominada Sicoob Central BA, é uma entidade que tem por objetivo a organização em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o Sicoob Central BA coordena as ações do Sicoob BA, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob Central BA integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediado à Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470, Caminho das Árvores, 10º andar, Salvador/BA.

O Sicoob Central BA, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira às cooperativas filiadas;
- (ii) Formar educacionalmente os membros dos órgãos estatutários, gestores e equipe técnica, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às Entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e nº 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resoluções CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020 (alterada pela Resolução BCB nº 367/2024).

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/02/2025.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Sicoob Central BA, quando aplicável:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 4 de janeiro de 2024: altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A **Resolução CMN n.º 4.966/21**, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN ns. 5.019/22, 5.100/22 e 5.146/24, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPJ”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, descrevendo a metodologia completa, evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

O Banco Central do Brasil reformulou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em conjunto com as novas resoluções. As mudanças incluem a reestruturação do elenco de contas, novas estruturas e limites de agregação.

A **Resolução BCB nº 352/23**, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB ns. 426 a 433 atualizadas em 5/11/2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

Os impactos da adoção dos itens normativos das Resoluções citadas foram avaliados pela Instituição e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º/1/2025 quando passam a vigorar.

Diante da complexidade das Resoluções cujos efeitos estão em fase de implantação, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição segmentou o projeto de implementação das novas normas em etapas (fases), a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, dessa forma, o ponto de partida foi analisar e identificar pontos de assimetria com a normativa e política atual adotadas pela Instituição, considerando os impactos devido as modificações necessárias no âmbito tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo de adoção (PMO) e determinação de prazos para adequação dos mesmos.

A implantação da nova normativa ocorreu nas seguintes etapas:

- **Etapa 01 (2024)**: *Assessment* e Plano de Projeto – Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios do Sistema Cooperativo e características contratuais dos fluxos de caixa por consequência a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Mapeamento dos custos elegíveis para TJEO dos ativos financeiros, bem como a escolha de metodologia de cálculo. Realização de De-Para e criação de novo plano de contas COSIF.

- **Etapa 02 (2024)**: Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Completo) – Conforme definição do Banco Central através Resolução CMN n.º 5.146/24, os Sistemas Cooperativos organizados em dois ou três níveis, que tenham instituições enquadradas no segmento S3, devem adotar o modelo de *impairment* de ativos financeiros considerando o modelo completo aplicável para todas as instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5 (pertencentes ao sistema).

- **Etapa 03 (2024)**: Sistemas – Redesenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência Resolução 4.966) e disponibilização da versão de teste do sistema.

- **Etapa 04 (2024)**: Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.

- **Etapa 05 (2024)**: Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.

- **Etapa 06 (2024)**: Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21.

Dentre as atividades da Etapa 06, a instituição realizou, ao decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado através das simulações de perda esperada e ajuste de marcação da suspensão de juros das operações.

A partir de tais simulações efetuadas, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição de uma metodologia de estimativa de perdas incorrida para perda esperada. Portanto, os valores de perda de crédito esperada para os instrumentos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de risco de crédito da Instituição

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas considerando definições dos modelos de negócios e Teste de SPPJ, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/21, e da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado do Bacen nº 42.403/24, a Instituição adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros (*“stop accrual”*) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

Acerca dos efeitos supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada para a Resolução CMN n.º 4.966/21, um valor positivo aproximado de R\$39.018,62 correspondente a 0,03% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2025 dentro do patrimônio líquido.

Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Bacen aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.



2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) Outros títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/ 2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *“pro rata die”*.

o) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As Provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as Cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas Cooperativas do Sicoob.



O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	52.013,72	381.255,27
TOTAL	52.013,72	381.255,27

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	817.351.331,80	25.858.597,97	843.209.929,77	727.332.861,47	64.983.862,32	792.316.723,79
Ligadas Com Garantia	161.456.502,27	75.105.924,02	236.562.426,29	62.468.902,58	89.139.266,65	151.608.169,23
TOTAL	978.807.834,07	100.964.521,99	1.079.772.356,06	789.801.764,05	154.123.128,97	943.924.893,02

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98% e 103% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56.448.243,65	107.434.692,45	100.778.364,13



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central de Crédito (a)	-	8.680.906,74	8.680.906,74	-	8.672.071,18	8.672.071,18
Participação em Empresa Controlada Por Cooperativa Central de Crédito (a)	-	12.500,00	12.500,00	-	12.500,00	12.500,00
Títulos de Renda Fixa (b)	51.180.947,87	218.983.609,56	270.164.557,43	-	149.381.564,83	149.381.564,83
Cotas de Fundos de Investimento	125.894.677,19	-	125.894.677,19	98.372.370,43	-	98.372.370,43
TOTAL	177.075.625,06	227.677.016,30	404.752.641,36	98.372.370,43	158.066.136,01	256.438.506,44

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, com remuneração de, aproximadamente, 101 % do CDI. Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	13.157.131,29	21.867.997,72	14.938.493,79
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	6.389.619,65	12.221.350,95	13.542.022,20
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	-	(8.233,07)
TOTAL	19.546.750,94	34.089.348,67	28.472.282,92

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	7.632.632,52	9.360.834,07	16.993.466,59	5.053.905,06	7.030.667,33	12.084.572,39
(-) Provisões para Operações de Crédito	(254.123,23)	(105.000,00)	(359.123,23)	(71.442,63)	(92.486,68)	(163.929,31)
TOTAL	7.378.509,29	9.255.834,07	16.634.343,36	4.982.462,43	6.938.180,65	11.920.643,08

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	0,5%	Normal	-	-	-	7.944.314,63	(39.721,58)
B	1%	Normal	6.730.579,35	6.730.579,35	(67.305,79)	-	-
B	1%	Vencidas	803.459,16	803.459,16	(8.034,59)	-	-
C	3%	Normal	7.197.538,31	7.197.538,31	(215.926,16)	4.140.257,76	(124.207,73)
C	3%	Vencidas	2.261.889,77	2.261.889,77	(67.856,69)	-	-
Total Normal			13.928.117,66	13.928.117,66	(283.231,95)	12.084.572,39	(163.929,31)
Total Vencidos			3.065.348,93	3.065.348,93	(75.891,28)	-	-
Total Geral			16.993.466,59	16.993.466,59	(359.123,23)	12.084.572,39	(163.929,31)
Provisões			(359.123,23)	(359.123,23)		(163.929,31)	
Total Líquido			16.634.343,36	16.634.343,36		11.920.643,08	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	2.236.799,22	5.395.833,30	9.360.834,07	16.993.466,59	12.084.572,39
TOTAL	2.236.799,22	5.395.833,30	9.360.834,07	16.993.466,59	12.084.572,39

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Outros	16.993.466,59	100%	16.993.466,59	12.084.572,39
TOTAL	16.993.466,59	100%	16.993.466,59	12.084.572,3w



e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(163.929,31)	(130.394,67)
Constituições/ Reversões no período	(195.193,92)	(33.534,64)
Saldo Final	(359.123,23)	(163.929,31)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	9.459.428,08	55,67%	7.944.314,63	65,74%
10 Maiores Devedores	16.993.466,59	100%	12.084.572,39	100%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos. No exercício de 2024 o saldo dos Créditos Baixados como Prejuízo é de R\$ 5.693.098,51 e do exercício de 2023 é de R\$ 5.711.624,70.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pis Folha – Depósito Judicial (a)	78.565,16	6.360,56
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	15.665,65	21.686,66
TOTAL	94.230,81	28.047,22

(a) Trata-se de depósitos judiciais mensais relativos ao ajuizamento de ação judicial de PIS sobre Folha de Pagamento

(b) Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos na Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTFs.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Compensar	81.055,66	43.202,47
TOTAL	81.055,66	43.202,47

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	8.477,49	-	8.477,49	33.552,82	-	33.552,82
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	302.420,93	-	302.420,93	103.628,94	-	103.628,94
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	5.400,00	-	5.400,00	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	80.452,06	-	80.452,06	103.401,22	-	103.401,22
Devedores Diversos – País (a)	3.031.598,14	502.392,34	3.533.990,48	1.169.369,34	502.392,34	1.671.761,68
Material em Estoque	18.416,60	-	18.416,60	18.416,60	-	18.416,60
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	300.432,69	300.432,69	-	300.432,69	300.432,69
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (c)	-	(300.432,69)	(300.432,69)	-	(300.432,69)	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (d)	66.723,41	-	66.723,41	47.954,55	-	47.954,55
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	(502.392,34)	(502.392,34)	-	(502.392,34)	(502.392,34)
TOTAL	3.513.488,63	-	3.513.488,63	1.476.323,47	-	1.476.323,47

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	1.784.488,32	-	1.784.488,32	8.916,42	-	8.916,42
Cooperativas Filiadas	1.247.109,82	-	1.247.109,82	1.160.452,92	-	1.160.452,92
Outros Devedores Diversos	-	502.392,34	502.392,34	-	502.392,34	502.392,34
TOTAL	3.031.598,14	502.392,34	3.533.990,48	1.169.369,34	502.392,34	1.671.761,68

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. INVESTIMENTOS

a) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Participações em Coligadas e Controladas no País	100.581.810,90	82.637.933,04
TOTAL	100.581.810,90	82.637.933,04

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/2/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

b) O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Banco Sicoob	
	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas	40.411.502	33.822.353
Patrimônio Líquido da Investida	4.996.212.529,47	4.175.452.294,37
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	283.344.862,68	320.773.207,01
% de Participação no Capital Social da Investida	2,030849%	2,000555%
Valor do Investimento	100.581.810,90	82.637.933,04
Resultado Equivalência Patrimonial	11.863.672,63	10.227.886,79

c) O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Movimentação	Banco Sicoob
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2022	64.077.910,07
Aumento de Capital	8.205.768,58
Equivalência Patrimonial	10.227.886,79
Ajuste a Valor de Mercado	126.367,60
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2023	82.637.933,04
Aumento de Capital	5.442.473,86
Equivalência Patrimonial	11.863.672,63
Ajuste a Valor de Mercado	637.731,37
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2024	100.581.810,90

d) Os dividendos recebidos, cujos valores não constituíram aumento do investimento, foram devidamente reconhecidos na respectiva conta de receita denominada “Dividendos”. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os valores estavam assim dispostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos Recebidos	10.674.377,97	8.602.092,89

12. IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		3.286.333,27	-
Terrenos		48.000,00	48.000,00
Edificações	4%	902.213,04	902.213,04
Instalações	10%	22.741,17	44.875,67
Móveis e equipamentos de Uso	10%	108.173,58	308.574,61
Sistema de Processamento de Dados	20%	762.909,10	717.215,55
Sistema de Segurança	10%	53.823,17	61.932,51
Total de Imobilizado de Uso		5.184.193,33	2.082.811,38
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso – Edificações		(348.654,81)	(312.566,25)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(16.734,85)	(29.895,88)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(552.611,66)	(654.632,41)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(918.001,32)	(997.094,54)
TOTAL		4.266.192,01	1.085.716,84



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Intangível – Sistemas de Processamento de Dados	20%	209.150,91	292.162,57
(-) Amortização Acumulada Ativo intangível		(124.545,93)	(187.348,34)
TOTAL		84.604,98	104.814,23

14. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos, no circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósito Sob Aviso	-	173.184,64
Depósito a Prazo	144.665.337,43	141.321.447,04
TOTAL	144.665.337,43	141.494.631,68

Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”.

Os depósitos mantidos na Central estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CNPJ pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	322.343.202,90	22,16%	348.391.492,74	29,74%
10 Maiores Depositantes	1.454.388.214,88	100,00%	1.171.474.949,04	100,00%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Centralização Financeira-Cooperativas e Depósitos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023	% Carteira Total
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(9.527,70)	(18.570,11)	(19.988,21)	29,74%
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.851.567,93)	(17.225.894,93)	(13.491.541,88)	100,00%
TOTAL	(8.861.095,63)	(17.244.465,04)	(13.511.530,09)	

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA – COOPERATIVAS

A Centralização Financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas Filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 2024, equivalem a 98% do CDI (2023 a 98%).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Centralização Financeira – Cooperativas	1.309.722.877,45	1.029.980.317,36
TOTAL	1.309.722.877,45	1.029.980.317,36

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	691.433,14	172.704,23
TOTAL	691.433,14	172.704,23

17. PROVISÕES E DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões e dos depósitos judiciais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	87.785,71	78.565,16	27.994,71	21.686,66
Outras Contingências (a)	155.259,68	15.665,65	149.342,45	6.360,56
TOTAL	243.045,39	94.230,81	177.337,16	28.047,22

a) O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido aos: i) erros na confecção das DCTFs das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$6.360,56); ii) débitos de IRPJ – 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 valores originais respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gerência Jurídica e de Normas e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade, estando devidamente atualizada até 31/12/2024.

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos, no circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	68.206,05	46.724,91
Impostos e Contribuições sobre Salários	332.308,05	297.582,73
Outros (a)	20.591,63	18.087,75
TOTAL	421.105,73	362.395,39

a) Outras despesas tributárias estão compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
ISSQN a recolher	10.685,28	9.386,84
PIS faturamento a recolher	1.383,58	1.215,15
COFINS a recolher	8.522,77	7.485,76
TOTAL	20.591,63	18.087,75

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sociais e Estatutárias (a)	709.965,37	716.013,08
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.176.150,26	844.619,57
Credores Diversos – País (c)	14.548.007,41	10.084.705,54
TOTAL	16.434.123,04	11.645.338,19

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de Capital a Pagar	-	3,22
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	709.965,37	716.009,86
TOTAL	709.965,37	716.013,08

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado à prestação de assistência e educação às cooperativas singulares filiadas e respectivos associados, bem como a empregados do Sicoob Central BA e à comunidade situada em sua área de ação, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina. Ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Pessoal	936.728,92	780.484,00
Outras Despesas Administrativas	239.492,34	64.135,57
TOTAL	1.176.150,26	844.619,57

(c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	1.582.967,94	-
Créditos de Filiadas	1.108.095,90	973.464,07
Custo de Lançamento – Centralização Financeira (c.1)	11.732.949,23	8.952.351,43
Outros Credores Diversos – País	123.994,34	158.890,04
TOTAL	14.548.007,41	10.084.705,54

(c.1) Refere-se à provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde à remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos na reserva obrigatória de liquidez da centralização financeira

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (cada) e integralizado por seus associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.



De acordo com o artigo 16, §2º do Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital do Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 218/2021, mensalmente, desde julho/2021, cada filiada ao Sicoob Central BA passou a subscrever e integralizar ao seu capital social, valor correspondente a 0,0350% (trezentos e cinquenta décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	106.261.313,30	84.812.986,48
Quantidade de Cooperados	10	10

20.2 Reservas de Sobras

20.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 19, inciso I, do Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	10.544.440,37	9.825.398,09
TOTAL	10.544.440,37	9.825.398,09

20.2.2 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída entre 2008 e 2018 pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA no Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, havendo resultado negativo após aplicação do MEP no exercício, o montante negativo será absorvido por esta Reserva.

Descrição	31/12/2023
Saldo até 31 de dezembro de 2024	18.706.234,73

20.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

Em 2024, o Sicoob Central BA realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo método de equivalência patrimonial, bem como registrou como outros resultados abrangentes, a partir do exercício de 2021, as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido desse banco, sem efeitos sobre o resultado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes de Avaliação Patrimonial	584.901,97	(52.829,40)

20.4 Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras Brutas do Exercício	2.270.922,73	1.216.034,09
(+) Absorção do FATES e/ou Fundos Voluntários	473.568,48	354.206,67
(=) Sobras do Exercício antes dos ajustes das Reservas de Expansão	2.744.491,21	1.570.240,76
Reversão da Reserva de Expansão	-	93.671,01
Destinação do FATES Ato Não Cooperativo	(347.683,61)	(253.417,65)
(=) Sobras do Exercício Antes das Destinações	2.396.807,60	1.410.494,12
(-) Destinações Estatutárias	(838.882,66)	(493.672,95)
FATES – 5%	(119.840,38)	(70.524,71)
Reserva legal 30% sobre sobras de atos cooperativos	(719.042,28)	(423.148,24)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.557.924,94	916.821,17

30% para a Reserva Legal, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre o resultado de atos cooperativos deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio.

100% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) do resultado dos Atos Não Cooperativo.

A partir do exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

21. JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO

O Sicoob Central BA creditou juros ao capital próprio visando remunerar o capital das cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2024, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$9.755.643,01, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2023, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 9.220.889,55, equivalente a 100% da variação da SELIC.

22. INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operação de Crédito	564.267,10	1.117.948,96	2.083.940,51
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56.448.243,65	107.434.692,45	100.778.364,13
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	19.546.750,94	34.089.348,67	28.472.282,92
TOTAL	76.559.261,69	142.641.990,08	131.334.587,56

23. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(8.861.095,63)	(17.244.465,04)	(13.511.530,09)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(63.765.804,09)	(118.057.135,88)	(110.590.829,08)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(231.732,24)	(195.193,92)	(33.534,64)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	76.659,11	113.206,28	190.249,60
Provisões para Operações de Crédito	(308.391,35)	(308.400,20)	(223.784,24)
TOTAL	(72.858.631,96)	(135.496.794,84)	(124.135.893,81)

24. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Comissão	153.560,06	274.480,67	289.638,26
Rendas de Outros Serviços	251.989,65	388.172,34	335.984,44
TOTAL	405.549,71	662.653,01	625.622,70

25. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(58.410,00)	(115.515,00)	(107.232,00)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(914.784,32)	(1.819.298,20)	(1.551.752,03)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.595.723,80)	(3.047.967,09)	(2.525.754,99)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(1.247.895,94)	(2.410.259,64)	(2.096.350,89)
Despesas de Pessoal – Proventos	(3.173.326,22)	(6.243.892,36)	(5.408.802,63)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(69.518,75)	(72.691,17)	(64.420,85)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(48.486,18)	(97.032,35)	(77.886,29)
TOTAL	(7.108.145,21)	(13.806.655,81)	(11.832.199,68)

26. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(28.224,17)	(67.201,62)	(87.335,03)
Despesas de Aluguéis	(82.425,34)	(161.333,54)	(126.822,49)
Despesas de Comunicações	(37.995,43)	(75.712,73)	(79.842,39)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.705,00)	(17.741,60)	(31.284,58)
Despesas de Material	(2.394,92)	(6.546,30)	(15.598,46)
Despesas de Processamento de Dados	(245.150,05)	(422.548,55)	(367.352,69)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.070.783,56)	(1.542.122,62)	(1.809.758,34)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(936.564,72)	(2.167.184,60)	(1.171.621,09)
Despesas de Publicações	-	(4.068,16)	(6.630,00)
Despesas de Seguros	(8.700,37)	(17.731,10)	(24.315,63)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(125.620,13)	(243.333,14)	(204.049,65)
Despesas de Serviços de Terceiros	(112.530,84)	(251.000,96)	(266.336,07)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(62.760,80)	(128.684,92)	(92.657,32)
Despesas de Transporte	(22.867,24)	(48.165,59)	(92.963,45)
Despesas de Viagem ao Exterior	(14.138,89)	(14.138,89)	(37.766,01)
Despesas de Viagem no País	(230.989,18)	(483.160,78)	(427.539,56)
Despesas de Depreciação/Amortização	(107.539,21)	(219.050,86)	(215.741,41)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.127.653,58)	(2.323.762,56)	(2.126.252,22)
TOTAL	(4.221.043,43)	(8.193.488,52)	(7.183.866,39)

a) As Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros jornais e revistas	(359,40)	(669,72)	(1.165,99)
Condomínio	(82.480,68)	(158.596,01)	(136.493,49)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.707,88)	(2.711,26)	(2.197,59)
Copa/cozinha	(2.400,08)	(4.092,38)	(6.353,32)
Lanches e refeições	(75,38)	(1.946,79)	(5.835,03)
Uniformes e vestuários	(476,00)	(594,00)	(1.179,00)
Contribuição a OCE	(29.214,88)	(58.429,72)	(36.976,51)
Taxas da junta comercial	(698,00)	(1.745,00)	(650,00)
Impostos e taxas	(6.066,90)	(10.065,00)	(6.071,05)
Medicamentos	-	-	(90,00)
Assinatura de publicações técnicas	(3.267,00)	(7.024,00)	(7.088,68)
Materiais de limpeza	(248,98)	(2.096,38)	(13.310,41)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(964.425,32)	(1.998.510,86)	(1.815.055,80)
Serviço tesouraria Bancoob	(15.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)
Contribuição confederativa	(20.889,88)	(41.779,74)	(59.849,09)
Outras despesas administrativas	(343,20)	(5.501,70)	(3.936,26)
TOTAL	(1.127.653,58)	(2.323.762,56)	(2.126.252,22)



27. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(61.170,60)	(94.717,73)	(84.321,71)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(20.232,89)	(33.017,14)	(31.167,74)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(22.186,33)	(32.413,74)	(24.934,20)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(7.110,10)	(12.361,33)	(30.914,30)
TOTAL	(110.699,92)	(172.509,94)	(171.337,95)

28. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do ano.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial – MEP, utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	5.089.746,61	11.863.672,63	10.227.886,79
TOTAL	5.089.746,61	11.863.672,63	10.227.886,79

29. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	245.609,66	320.884,92	176.897,68
Dividendos	-	8.835,56	-
Outras rendas operacionais	7.369.768,90	14.758.393,40	11.937.767,28
TOTAL	7.615.378,56	15.088.113,88	12.114.664,96

30. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Outras Despesas Operacionais	(2.414,53)	(2.604,62)	(152.012,41)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(24,15)	(756,81)	(184,47)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(362.756,16)	(473.568,48)	(354.206,67)
TOTAL	(365.194,84)	(476.929,91)	(506.403,55)

31. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para Contingências	(30.971,12)	(59.769,80)	(35.012,17)
TOTAL	(30.971,12)	(59.769,80)	(35.012,17)

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	-	11.002,22	-
Ganhos de Capital	-	2.366,70	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(37.083,96)	-
(-) Perdas de Capital	-	-	(1.124,82)
TOTAL	-	(23.715,04)	(1.124,82)

33. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

32. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do Sicoob Central BA de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Período de 31/12/2024 e 31/12/2023 (R\$)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.345.214,77)	(1.230.909,59)
Cédulas de Presença Conselho Administração	(263.480,00)	(224.806,08)
Encargos Previdenciários	(321.738,95)	(291.143,13)
Benefícios	(203.016,58)	(177.032,48)
TOTAL	(2.133.450,30)	(1.923.891,28)

b) Operações com entidades relacionadas

As operações do Sicoob Central BA são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

i) Cooperativas Singulares Filiadas

A Central é composta por dez cooperativas singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do Sicoob Central BA e seus donos.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Operações de Créditos	16.634.343,36	11.920.643,08	1.094.480,26	2.083.940,51
Rateio/Alocação Filiadas	1.247.109,82	1.160.452,92	11.520.168,63	9.424.336,46
Passivo				
Depósitos a Prazo	144.665.337,43	141.321.447,04	(17.244.465,04)	(13.511.530,09)
Centralização Financeira	1.309.722.877,45	1.029.980.317,36	(118.057.135,88)	(110.590.829,08)
Rendimentos Centralização a Pagar	11.732.949,23	8.952.351,43	-	-
Patrimônio Líquido				
Capital Social	106.261.313,30	84.812.986,48	-	-

(a) A centralização financeira pode ser conferida com a nota “Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas” (Nota 15).

ii) Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações de Cooperativas	8.315.073,54	8.315.073,54	-	-

iii) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Investimentos	100.581.810,90	82.637.933,04		
Patrimônio Líquido				
Ajustes em Investimentos	637.731,37	126.367,60		
Resultado				
Equivalência Patrimonial			11.863.672,63	10.227.886,79

33. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	50.745.420,46	42.876.243,48
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	320.979.004,70	273.091.988,14
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	14,38%	14,33%
Imobilizado para cálculo do limite	4.266.192,01	1.085.716,84
Índice de imobilização (limite 50%) %	8,41%	2,53%

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(127.251,01)	(247.916,45)	(221.151,94)



35. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

- l)** aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m)** limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n)** avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a)** o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b)** o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a)** valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b)** resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a)** o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b)** os limites máximos do risco de mercado;
- c)** o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d)** o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e)** os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f)** os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g)** a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h)** o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i)** o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j)** resultado dos testes de estresse.



35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1)** limite mínimo de liquidez;
- a.2)** fluxo de caixa projetado;
- a.3)** aplicação de cenários de estresse;
- a.4)** definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das Cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a)** setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b)** linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c)** valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da Cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento nos momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD), Plano de Emergência (PEM) e Plano de Comunicação (PCOM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa Central adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2024.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

7

**Credibilidade
por meio de
auditoria**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da
Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA
Salvador – BA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 24 de fevereiro de 2025.

**BAUER
AUDITORES
ASSOCIADOS**

Mário Orlando Bauer
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

Bauer Auditores Associados
CRCMG 6427

8

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e analisado o Relatório dos Auditores Independentes da BAUER, emitido em 24 de fevereiro de 2025, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Salvador, 25 de março de 2025.

Sandra Núbia Campanha Barros
Coordenadora

Carlos Wendel Braga Pires
Secretário

Januário de Lima Cunha
Membro Efetivo

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.

Salvador, 31 de dezembro de 2024.

Conformidade
guiada pela
confiança



Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br



sicoob



sicooboficial



@sicoob



sicooboficial



sicoob



sicoob



sicoob

